



### **Audição Pública - Operação Integrada de Entrecampos**

Intervenção da deputada municipal do PEV Cláudia Madeira  
Assembleia Municipal de Lisboa, 07 de Junho de 2018

Em relação a esta audição pública sobre a Operação Integrada de Entrecampos, Os Verdes querem começar por destacar a importância de a Assembleia Municipal promover esta auscultação, face à enorme relevância e aos impactos que um projecto desta envergadura terá em toda a cidade e, em particular, na área envolvente da antiga Feira Popular.

É importante criar condições para a participação dos cidadãos e necessidade desta audição foi, aliás, bem evidente no debate de actualidade que se realizou sobre esta matéria, devendo este projecto ser devidamente acompanhado e escrutinado.

O Sr. Presidente da Câmara já afirmou à comunicação social que, com base nos contributos resultantes do período de discussão pública, “o projecto pode ser melhorado”, pelo que estamos a apreciar um mero anteprojecto.

Em primeiro lugar, Os Verdes consideram positivo que a proposta esteja em discussão pública, mas entendemos também que, face à dimensão e impactos deste projecto, 20 dias úteis não são de todo suficientes para promover um debate alargado e a recolha de contributos e, precisamente por isso, o prazo, na nossa opinião, deveria ter sido mais alargado.

Sobre esta questão, gostaríamos de saber qual a razão para a escolha deste prazo mais reduzido.

Entendemos igualmente que, após a discussão pública, deverá ser elaborado um “Plano de Pormenor de Entrecampos” para a globalidade da área que se pretende que venha a ser objecto de uma intervenção urbanística profunda pois tal garantirá maior transparência com a pronúncia de diversas entidades, tal como a CCDR-LVT; a Infraestruturas de Portugal que gere a Estação Central de Entrecampos; a CP, a Fertagus e o Metropolitano de Lisboa que, enquanto operadores de transporte, suportarão enormes impactos relacionados com o aumento dos fluxos de passageiros, como resultado do incremento da actividade económica nesta zona da cidade. Mas nem sequer existe um estudo sobre esta matéria.

E, portanto, gostaríamos de saber se a Câmara prevê a possibilidade de elaborar um Plano de Pormenor e, se não, qual a razão.

É de salientar que o terreno da antiga Feira Popular não terá uma única habitação de renda acessível, uma vez que será destinado apenas a edifícios de serviços e escritórios “de enorme dimensão e que se pretende que seja uma montra da Lisboa Moderna”, tal como referiu o Sr. Presidente da CML à imprensa, e ainda que 279 habitações estão destinadas a venda livre no mercado.

Consideramos também que se deve dar especial atenção à volumetria dos edifícios previstos para este terreno, que nos parece excessiva e a área permeabilizada será profundamente afectada com a construção de um parque de estacionamento subterrâneo.



Deve ser também reforçada a oferta de transportes públicos colectivos e de parques dissuasores nas entradas da cidade, procurando minimizar os impactos negativos associados ao aumento de tráfego nesta zona e contrariando o aumento de automóveis em Lisboa, tendo em conta os objectivos ambientais e de qualidade de vida que a cidade deve concretizar.

Apesar disso, não deixamos de reconhecer que se poderá finalmente conseguir dar destino aos terrenos da antiga Feira Popular, que nos últimos anos foram usados para entulho.

Consideramos como aspectos positivos a criação de equipamentos sociais previstos e de espaços verdes e também os cerca de 700 fogos de habitação de renda acessível na área envolvente a este terreno, apesar de a Câmara apenas ser responsável por construir 515 desses fogos, sendo a primeira operação ao abrigo do Programa de Arrendamento a Custos Acessíveis (PACA), um aspecto claramente positivo.

No entanto, a construção destes 700 fogos não resolve os problemas de habitação da cidade, é apenas um contributo que importa alargar a outras zonas da cidade. Alertamos também para o perigo de se poder agudizar o fenómeno da gentrificação neste território.

Acima de tudo, não se pode permitir criar neste espaço uma cidade apenas para alguns, dentro de uma cidade que se quer para todos. E Está na mão da Câmara não permitir que isto aconteça.

Em suma e no entendimento de Os Verdes, esta proposta procura dar resposta a vários problemas mas, por outro lado, há questões sobre as quais mantemos algumas reservas, nomeadamente quanto a equipamentos sociais que, como se sabe, nem sempre são executados e ficam apenas no papel, as áreas de espaços verdes e de fruição pública, a viabilidade financeira, uma vez que o método de financiamento ainda está a ser equacionado e o destino a dar ao Teatro Vasco Santana, cuja memória deverá ser preservada, entre outras.

A propósito destes aspectos também já foram colocadas algumas perguntas e esperamos que possam ser esclarecidas.

Para terminar, destacamos o facto de decorrer ainda na justiça o processo de indemnização à Bragaparkes, resultado da permuta de terrenos do Parque Mayer e de Entrecampos processo que, relembre-se, em 2005, teve os votos contra de Os Verdes.

A Bragaparkes exige agora 350 milhões de euros de indemnização e o que questionamos é se, perante uma eventual decisão a obrigar a Câmara a pagar uma indemnização milionária, haverá algum tipo de impacto neste projecto e no que está previsto implementar, ou até nos prazos de implementação.

Ou seja, corre-se o risco de algo não sair do papel devido a esta situação?